

A Dívida do RS ainda não foi paga e o alívio nas contas é temporário

A boa notícia é que mais alguns anos de disciplina fiscal, dentro do Regime de Recuperação Fiscal, pode significar o reequilíbrio das contas do Estado.

Atividade industrial gaúcha cresceu 4,2% no primeiro trimestre

O setor, porém, já demonstra uma estagnação na margem.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/indicadores-e-estudos-economicos

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A Dívida do RS ainda não foi paga e o alívio nas contas é temporário

A boa notícia é que mais alguns anos de disciplina fiscal, dentro do Regime de Recuperação Fiscal, pode significar o reequilíbrio das contas do Estado.

O debate sobre a dívida do Governo do Estado do Rio Grande do Sul com a União voltou à tona nas últimas semanas com a proximidade da votação do PLC 48/2022, que trata do teto dos gastos do RS, na Assembleia Legislativa gaúcha. Entidades ligadas aos servidores públicos questionam a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e alegam que a dívida já foi paga.

Os demonstrativos do próprio governo (devedor), em diferentes gestões, mostram que o débito não foi quitado e, além disso, as parcelas pagas a menor geraram resíduos que elevaram o saldo devedor.

O Estado do Rio Grande do Sul sofre as consequências de décadas de descaso com as finanças públicas. A FIERGS, desde o Relatório Sayad de 1989, já vem alertando para esses riscos, em especial para o crescimento dos gastos com pessoal e a bola de neve gerada pelos déficits previdenciários.

No início dos anos 2000, as contas públicas pareciam ter chegado ao limite. Porém, a criatividade dos nossos gestores, com a anuência dos órgãos de controle (TCE), buscou alterar a forma de cálculo do gasto com pessoal, num movimento que fez evitar as restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, outros subterfúgios foram criados, tais como saques no caixa único e utilização dos depósitos judiciais. Não por acaso, lideranças de diversas áreas do estado, em conjunto com entidades como a FIERGS, criaram o movimento da Agenda 20/20, para que, entre outras ações, medidas de responsabilidade fiscal fossem adotadas pelos que passassem pelo Palácio Piratini.

A adesão e posterior homologação do Regime de Recuperação do Fiscal (LC 159/17) – o qual foi atualizado para permitir parâmetros mais flexíveis de adesão e extensão do prazo (LC 178/21) –, além de garantir um encaminhamento à questão da dívida, permitirão ao Estado quatro benefícios financeiros: 1) retomada gradual dos pagamentos da dívida com a União, suspensos desde agosto de 2017 por liminar; 2) Inclusão de dívidas com terceiros (BNDES, BIRD, BB e BID) garantidas pela União no mesmo cronograma de pagamentos; 3) Refinanciamento em 30 anos com encargos de adimplência dos valores suspensos pela liminar do STF; 4) Possibilidade de contratação de operações de crédito com garantia da União para renegociação de outros passivos.

Como contrapartida, o RRF impõe restrições à expansão das despesas de caráter continuado e à concessão de benefícios fiscais. Ficam vedadas, por exemplo, a concessão de reajustes salariais, a realização de concursos públicos e a alteração de alíquotas que implique redução de arrecadação. Entretanto, existem exceções para a reposição de pessoal. Essas vedações se

impõem a todos os Poderes.

Os dois últimos anos foram atípicos e não podem ser tomados como uma nova realidade. Em 2020, com a pandemia, a arrecadação de ICMS do RS recuou 3,1% em termos reais na comparação com o ano anterior. Entretanto, a receita do Estado foi suportada pela complementação do Governo Federal. Além disso, a PEC Emergencial vetou a concessão de aumento de salário aos servidores até o final de 2021. No ano passado, o retorno da atividade foi acompanhado da aceleração dos preços e a arrecadação avançou 14,8% acima da inflação no período. Esse quadro inflacionário tem sido extremamente benéfico para os cofres do Estado, pois a inflação está centrada em bens e justamente naqueles bens difíceis de substituir, como combustíveis e energia elétrica, o que explica grande parte do avanço extraordinário em comparação com o índice geral.

A Gestão Leite conseguiu avanços importantes, em que destacamos a Reforma da previdência (iniciada na Gestão Sartori) e administrativa. No total, essas reformas podem representar uma poupança de R\$ 18 bilhões em 10 anos.

Contudo, o ambiente para que esses feitos fossem realizados foi construído ao longo dos anos. São conquistas da sociedade, e um legado das lideranças do RS para as gerações futuras, que poderão concentrar esforços em construir a sua própria história e não apenas pagar pelos excessos e imprudência das gerações passadas. Nesse sentido, o RRF é a garantia de que o Estado continuará na trajetória do ajuste fiscal e, mais do que isso, mostra que com mais alguns anos de esforço o RS pode voltar para o caminho da sustentabilidade fiscal após mais de 40 anos de déficits.

Aqueles que pregam a não adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, também não sugerem uma alternativa para a resolução do problema. Como o RS vai lidar com a queda da liminar do STF, e a consequente retomada do pagamento da dívida, bem como das parcelas atrasadas que somam cerca de R\$ 14 bi? O simples calote não é algo viável, tendo em vista que o Governo Federal pode bloquear as transferências para o Estado.

Da forma como o debate está sendo conduzido parece que se busca um perdão de dívida, ou a sua extinção. Entretanto, negociações nesse sentido não parecem fazer parte das alternativas que a União colocará na mesa. Abrir exceção para o RS não tem justificativa, tendo em vista que outros estados e municípios possuem dívidas maiores, outros já aderiram ao RRF e outros que não são elegíveis ao RRF também poderiam pleitear um perdão.

Atividade industrial gaúcha cresceu 4,2% no primeiro trimestre

O setor, porém, já demonstra uma estagnação na margem.

O Índice de Desempenho Industrial gaúcho (IDI/RS), divulgado pela FIERGS, registrou um ligeiro crescimento de 0,2% entre fevereiro e março de 2022, na série com ajuste sazonal. Desde o final de 2021, o índice que mede o nível de atividade do setor oscila sem uma tendência definida, mas em nível relativamente elevado, 8,8% acima do pré-pandemia (fevereiro de 2020).

Os componentes do IDI/RS em março mostraram alta intensa – faturamento real (+6,2%) –, alta moderada – compras industriais (+2,7%), horas trabalhadas na produção (+1,4%) e emprego (+0,8%) – e alta pequena – utilização da capacidade instalada/UCI (+0,2 p.p.) –, além da queda da massa salarial real (-1,2%). Destaque para o emprego, que renovou o recorde: 22 meses seguidos de alta, dez acima da maior sequência anterior.

Mesmo com dois dias úteis a menos, o IDI/RS cresceu 5,0% na comparação entres os meses de março de 2022 e 2021 (sem ajuste sazonal). Nessa métrica, que confronta os mesmos meses do ano corrente e do ano anterior, foi a décima nona taxa positiva consecutiva.

Com isso, a atividade industrial gaúcha encerrou o primeiro trimestre de 2022 exibindo expansão de 4,2% na comparação com igual período do ano passado. Nessa base, somente a UCI mostrou redução de 1,2 p.p. (grau médio de 82,1% para 80,9%). Os demais componentes cresceram: horas trabalhadas na produção (+7,9%), compras industriais (+6,8%), o emprego (+5,8%), massa salarial real (+4,4%) e faturamento real (+2,5%).

Ainda comparação anual, a alta da atividade não foi homogênea, alcançando nove dos dezesseis setores pesquisados. As indústrias de Máquinas e equipamentos (+12,0%), de Veículos automotores (+13,4%) e de Couros e calçados (+5,8%) foram, pela contribuição dada ao resultado global, os principais destaques positivos. Por outro lado, a redução do nível de atividade em Alimentos (-2,8%), Produtos de metal (-4,3%) e Móveis (-8,9%) exerceram as maiores pressões negativas.

A expansão e o elevado nível da atividade industrial gaúcha no fim do primeiro trimestre de 2022 refletem a herança estatística deixada pela retomada que dominou a maior parte da segunda metade de 2021, puxada pelo fim da segunda onda da pandemia, pelo grande momento do agronegócio e pelas exportações industriais.

Todavia, a irregularidade e a estagnação na margem observadas desde o fim do ano passado refletem os desarranjos persistentes na cadeia de suprimentos, que continuam gerando escassez e alta nos preços de insumos e matérias-primas, juntamente com a última onda da pandemia, a estiagem e a guerra na Ucrânia.

Sem grande alterações, o cenário para os próximos meses segue restritivo à produção, apesar da retração da pandemia e do arrefecimento da estiagem. A indústria gaúcha, que já acumula estoques, deve manter o comportamento atual, sem muita perspectiva de retomar a trajetória de positiva interrompida no final de 2021.

Indicadores Industriais do Rio Grande do Sul

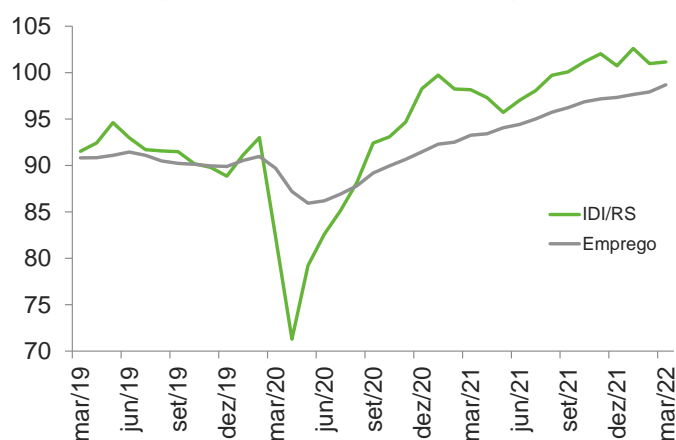
(Março de 2022)

	Mês anterior*	Mês ano anterior	Ac. ano
Índice de desempenho industrial	0,2	5,0	4,2
Faturamento real	6,2	4,1	2,5
Horas Trabalhadas na produção	1,4	10,8	7,9
Emprego	0,8	5,8	5,8
Massa salarial real	-1,2	2,9	4,4
UCI (em p.p.)	0,2	-0,5	-1,2
Compras Industriais	2,7	5,7	6,8

* Série dessazonalizada

Índices de Desempenho e de Emprego Industrial – RS

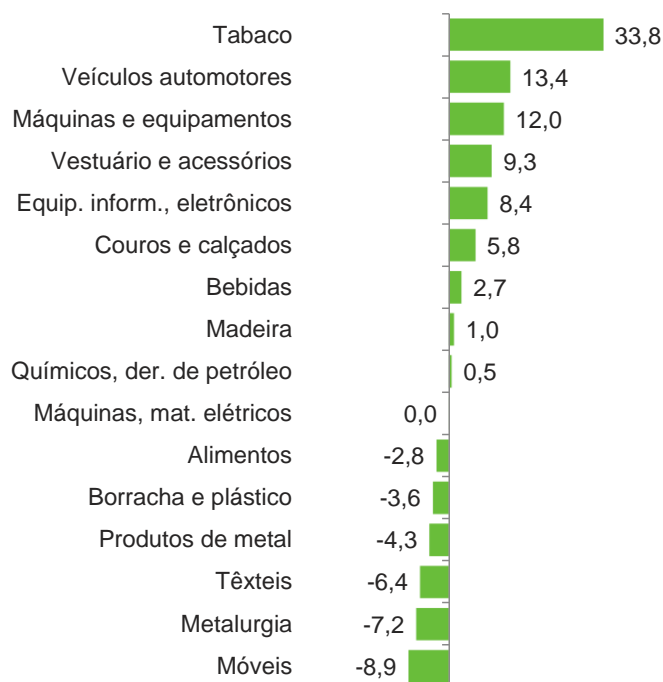
(Índice base fixa mensal: 2006=100*)



* Série dessazonalizada.

Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS – Setorial

(Variação jan-mar 2022/21 – %)



Fonte: UEE/FIERGS.

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021	2022*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹					
Agropecuária	1,3	0,4	3,8	-0,2	2,2
Indústria	0,7	-0,7	-3,4	4,5	0,4
Serviços	2,1	1,5	-4,3	4,7	0,6
Total	1,8	1,2	-3,9	4,6	0,6
Produto Interno Bruto Real (Em trilhões correntes)					
Em R\$	7,004	7,389	7,468	8,679	9,347
Em US\$ ²	1,916	1,873	1,448	1,609	1,782
Inflação (% a.a.)					
IGP-M	7,6	7,3	23,1	17,8	12,3
INPC	3,4	4,5	5,4	10,2	7,0
IPCA	3,7	4,3	4,5	10,1	7,1
Produção Física Industrial (% a.a.)					
Extrativa Mineral	0,0	-9,7	-3,4	1,1	1,2
Transformação	1,1	0,2	-4,6	4,3	1,9
Indústria Total³	1,0	-1,1	-4,5	3,9	1,5
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	2,2	13,0	36,6	140,9	25,6
Indústria	23,9	97,2	148,9	719,9	157,8
Indústria de Transformação	1,2	13,2	47,8	439,0	109,7
Construção	11,4	70,7	97,7	244,8	37,3
Extrativa e SIUP ⁴	11,2	13,3	3,5	36,2	10,8
Serviços	520,2	533,8	-377,0	1.869,8	430,4
Total	546,4	644,1	-191,5	2.730,6	613,8
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	11,7	11,1	14,2	11,1	10,5
Média do ano	12,4	12,0	13,8	13,2	11,4
Setor Externo (US\$ bilhões)					
Exportações	231,9	221,1	209,2	280,4	295,9
Importações	185,3	185,9	158,8	219,4	226,4
Balança Comercial	46,6	35,2	50,4	61,0	69,5
Moeda e Juros					
Meta da taxa Selic – Fim do ano (% a.a.)	6,50	4,50	2,00	9,25	13,25
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%) ⁵	17,1	4,0	28,9	7,4	-0,5
Taxa de Câmbio – Final do período (R\$/US\$)	3,87	4,03	5,20	5,58	5,55
Setor Público (% do PIB)					
Resultado Primário	-1,6	-0,8	-9,4	0,8	-1,0
Juros Nominais	-5,4	-5,0	-4,2	-5,2	-6,5
Resultado Nominal	-7,0	-5,8	-13,6	-4,4	-7,5
Dívida Líquida do Setor Público	52,8	54,7	62,5	57,3	62,3
Dívida Bruta do Governo Geral	75,3	74,4	88,6	80,3	83,1

Fontes: IBGE, BCB, FGV, ME, MTP, STN. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. ¹ O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. ² Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. ³ Não considera a Construção Civil e o SIUP. ⁴ SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. ⁵ Variação em relação ao final do período anterior.

Informações sobre as atualizações das projeções:

- Não houve alterações.

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021	2022*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹					
Agropecuária	-7,1	3,0	-29,5	67,5	-40,0
Indústria	2,8	0,2	-5,6	9,7	-1,4
Serviços	2,6	0,8	-4,6	4,1	0,5
Total	2,0	1,1	-6,8	10,4	-4,0
Produto Interno Bruto Real (Em bilhões correntes)					
Em R\$	457,294	482,464	480,173	582,968	599,384
Em US\$ ²	125,108	122,282	93,107	108,059	114,249
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	-1,4	-0,1	0,5	3,4	0,9
Indústria	1,5	-5,5	-0,2	47,5	9,2
Indústria de Transformação	0,9	-1,5	0,1	42,9	7,4
Construção	0,9	-4,0	-0,2	5,2	1,4
Extrativa e SIUP ³	-0,2	0,0	0,0	-0,7	0,4
Serviços	20,4	26,0	-42,9	89,4	19,0
Total	20,5	20,4	-42,5	140,3	29,2
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	7,5	7,3	8,6	8,1	7,6
Média do ano	8,2	8,1	9,3	8,7	8,1
Setor Externo (US\$ bilhões)					
Exportações	21,0	17,3	14,1	21,1	22,4
Industriais	15,1	12,5	10,5	14,1	15,1
Importações	11,3	10,3	7,6	11,7	12,8
Balança Comercial	9,8	6,9	6,5	9,4	9,6
Arrecadação de ICMS (R\$ bilhões)					
	34,8	35,7	36,2	45,7	49,5
Indicadores Industriais (% a.a.)					
Faturamento real	2,7	3,0	-3,1	8,7	1,6
Compras industriais	10,0	-2,7	-5,5	31,0	4,2
Utilização da capacidade instalada (em p.p.)	1,6	0,7	-4,6	5,7	0,3
Massa salarial real	-1,3	-0,8	-9,3	4,6	0,4
Emprego	0,9	0,0	-1,9	6,7	1,4
Horas trabalhadas na produção	0,0	-1,0	-5,7	15,1	3,3
Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS	2,6	0,1	-4,8	12,8	1,7
Produção Física Industrial⁴ (% a.a.)					
	5,9	2,5	-5,5	8,8	1,0

Fontes: DEE/Seplag-RS, IBGE, BCB, ME, MTP, SEFAZ-RS, UEE/FIERGS. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. ¹ O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. ² Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. ³ SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. ⁴ Não considera a Construção Civil e o SIUP.

Informações sobre as atualizações das projeções:

Não houve alterações.